

Cultura e marxismo: vínculos entre a categoria e a materialidade da vida social capitalista

Culture and marxism: links between the category and materiality of capitalist social life

Flávio José Souza Silva*
Mônica Barros da Nóbrega**

Resumo:

O presente artigo é resultado dos nossos estudos, reflexões e inquietações, iniciados na graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e aprofundados no mestrado na área. Refere-se, portanto, ao debate existente acerca da categoria cultura. Nesse sentido, buscamos realizar uma reflexão teórica, reconstruindo a categoria cultura sob as bases da tradição marxista. Assim sendo, a partir de uma revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos que fazem parte desta tradição de pensamento, conseguimos apreender a categoria cultura, desvendando, dessa forma, os vínculos entre esta categoria e a materialidade da vida social, especificamente, na sociabilidade regida pela lógica do capital.

Palavras-chave: Serviço Social. Cultura. Tradição Marxista. Produção de conhecimento. Capitalismo.

Abstract:

This paper is a result of our studies, reflections and concerns, started in the Social Service undergraduation of Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) and deepened in master's degree. It refers, therefore, to the existing debate about the culture category. In this sense, we aimed to carry out a theoretical reflection, rebuilding the culture category under the basis of the marxist tradition. Therefore, based on a bibliographical revision of classic and contemporary authors who are part of this tradition of thought, we could apprehend the culture category, uncovering this way the links between this and the materiality of social life, specifically in the sociability ruled by the capital logic.

Keywords:

Social Service. Culture. Marxist Tradition. Knowledge production. Capitalism.

* Assistente Social. Graduado e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

**Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora efetiva do departamento e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Introdução

Nosso objetivo principal neste artigo é realizar uma reflexão teórica sobre a categoria cultura, sob as bases da tradição de pensamento marxista, tendo como contexto histórico a sociabilidade capitalista.

Neste sentido, estamos tratando de um determinado momento sócio-histórico da humanidade que ganha novas particularidades, tendo em vista o cenário consideravelmente adverso para a organização coletiva dos trabalhadores, fruto da onda longa de crise do capitalismo (MANDEL, 1982). A crise capitalista contemporânea, gestada na década de 1970 do século passado, tem afirmado o poder autodestrutivo do capitalismo, que se expressa na reconfiguração das expressões da “questão social”¹, relocando o seu caráter político, histórico e cultural, numa atualização e dramaticidade talvez nunca antes sentidas pelo conjunto da sociedade.

Essa crise, gerada na economia, vem requerendo a reorganização do Estado burguês para socorrer o capitalismo, conservando a sua lógica, que resulta no que Mandel (1982, p. 343) intitulou de “crise financeira endêmica do Estado Capitalista Tardio”. Porém, essa crise transitou para o ambiente político, ampliando as suas expressões nas relações ideológicas, políticas, culturais e éticas, assumindo um caráter de uma crise orgânica do capitalismo em sua fase tardia (MOTA, 2016; MANDEL, 1982).

A transição do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista representou, sem dúvida, um expressivo salto qualitativo na concentração e centralização de capitais, que exigiu o deslocamento da articulação dos interesses burgueses da arena da política para outras esferas da sociedade. Algo que pode ser constatado na “[...] enorme ampliação do campo da ação das intervenções do Estado na vida econômica e social, e a progressão geométrica de leis, decretos, normas e regulamentações” que assegure, ao capitalismo, suas necessidades de reprodução (MANDEL, 1982, p. 343). Dessa forma, concordamos com a tese do referido autor de que o Estado é (e sempre será) produto da divisão social do trabalho, ou se preferirmos, um produto histórico das relações sociais de produção.

1 Para Iamamoto e Carvalho (2011), a “questão social” diz respeito às expressões do processo de formação, desenvolvimento da classe trabalhadora e da sua inserção no cenário político da sociedade, exigindo, assim, o seu reconhecimento enquanto classe social por parte do empresariado e do Estado.

A atual fase do capitalismo monopolista, como já sinalizamos, o Capitalismo Tardio, não é uma ruptura ou uma quebra com o passado desse sistema social, como afirmaram as teorias que são orientadas pela máxima da “sociedade pós-industrial” (JAMESON, 1997). Mas, sim, uma continuidade ao que precedeu esta atual fase, com novas configurações, mediações e expressões que exigem de nós, pesquisadores comprometidos com a pesquisa crítica, a capacidade da abstração para captar esses fragmentos e decifrá-los numa perspectiva de totalidade histórica.

A partir dessas reflexões, partimos do chão concreto, do movimento real da história, tentando captar o nosso objeto de estudo em meio às universalidades, particularidades e singularidades históricas, sociais, políticas e éticas que o atual contexto do capitalismo contemporâneo exige, sinalizando, nesse sentido, a nossa opção teórica pela tradição de pensamento marxista, tratando, assim, a cultura enquanto categoria, um debate vigoroso nessa tradição de pensamento.

Para tanto, partimos da ontologia do ser social, reconhecendo, assim, a centralidade da categoria trabalho, possibilitando captar a categoria cultura, inserindo-a nessa materialidade. *A priori*, nossa reflexão sobre a categoria e o conceito está fundamentada em Ianni (2011, p. 404), que comenta:

[...] a categoria se constrói, as categorias se constroem pela reflexão que, ao mesmo tempo em que vão articulando as relações, os processos das estruturas que constituem o seu objeto, essa reflexão confere ao objeto uma nova realidade; entra na constituição do objeto.

Desse modo, o nosso estudo buscou apoio na categoria mais simples, na vinculação entre cultura e materialidade da vida social, recompondo no pensamento a categoria mais complexa, tentando fazer esse movimento e captando os nexos mais essenciais, permitindo nos aproximar sucessivamente do nosso objeto. Ao fazer esse caminho ao “âmago do real” (IANNI, 2011), através da reflexão persistente e insistente, buscamos a explicitação da essência do nosso objeto de estudo, captando também a sua particularidade e a sua universalidade.

Esse movimento foi importante para tentarmos nos apropriar da concepção materialista da história da cultura, presente na tradição marxista. Sendo assim, tornou-se possível o questionamento aos conceitos de cultura que tomam as expressões culturais “[...] como uma esfera autônoma, um objeto de estudo autossuficiente” (FREDERICO, 2016, p. 10). Nessas interpretações, há a inversão total do que é defendido pela tradição de pensamento

inaugurada por Marx, que insiste que primeiro vem a materialidade da vida social, depois as expressões culturais. Obviamente não estamos querendo reduzir o debate a uma falsa ideia de que há uma superioridade² entre as dimensões que compõem a totalidade da vida social (da objetividade sobre a subjetividade ou da subjetividade sobre a objetividade). Estamos sinalizando a fragmentação causada por essas interpretações sobre a categoria cultura, desvinculando-a do chão histórico e dando a essa esfera uma referente “autonomia”, retirando-a da totalidade da vida social, desmerecendo, assim, as contribuições apontadas pelo próprio Marx (2008, p. 47), no prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, quando o autor trata da construção da subjetividade e da sua relação com a objetividade, comentando que “não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”.

Segundo afirma Celso Frederico (2016), na obra de Marx a expressão cultura poucas vezes é mencionada, tendo em vista que a sua utilização estava associada ao idealismo alemão. Porém, segundo o mesmo autor, “[...] há uma concepção de cultura que atravessa toda a sua obra [de Marx]. Em linhas gerais, ela é pensada em sua relação com a necessidade, com a base material da sociedade” (FREDERICO, 2016, p. 9).

Dessa forma, o debate sobre a esfera da cultura e as suas repercussões na sociedade e nos indivíduos deve ser captado levando em consideração que o “desenvolvimento da sociedade é um processo unitário. [...] Não se pode determinar certa fase do desenvolvimento num aspecto da vida social sem que seus efeitos repercutam sobre todos os outros” (LUKÁCS, 1920, p. 10). Sendo assim, a concepção de cultura de que estamos nos aproximando é histórica, é material, inserida numa totalidade social, onde as mediações com a economia e a política, parte estruturante das relações sociais contemporâneas, na tentativa de decifrar o real, nos opondo ao imediatismo do cotidiano, são necessárias para que possamos apreender o singular pelo universal.

Assim, para alcançarmos o objetivo proposto neste artigo, realizamos uma incursão nos fundamentos da Teoria Social Crítica de base marxiana, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Teoria esta que

2 Para Lukács (1979, p. 40), “[...] quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria em relação a outra, entendemos, o seguinte: a primeira não pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”.

adota o método de análise fundamentado na razão dialética, tendo como eixo as categoriais da contradição, da mediação e da totalidade. Sendo a contradição própria da natureza do real, que porta movimento, afirmam-se e negam-se mediações que são categorias que conectam os níveis imediato e mediato, e a totalidade formada pelas dimensões da singularidade, da particularidade e da universalidade que conformam o real. Através dessa teoria foi possível “[...] explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado” (IANNI, 2011, p. 397).

Assim, buscamos conceber o objeto na totalidade das relações que o determinam, realizando sucessivas aproximações na trajetória que vai da aparência ao movimento da essência, na tentativa de reproduzir, no âmbito do pensamento, a riqueza e a complexidade do movimento do real. Portanto, como totalidade social rica em determinações e contradições, típicas de um determinado processo histórico que se desenvolve com o protagonismo dos sujeitos sociais.

Nossa abordagem foi essencialmente de natureza qualitativa, sendo esse tipo de abordagem caracterizada “[...] como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas [...] e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 60). Outra característica desse tipo de abordagem está relacionada à profundidade com que as informações são buscadas, com o intuito de externar o significado, as características e o contexto histórico-social em que se encontra o objeto pesquisado. Embora os dados quantitativos sejam importantes, na nossa apreensão sobre a totalidade social, estes representam apenas fragmentos do real e não a sua totalidade concreta.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica, caracterizada pela “análise de documentos de domínio científico, tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (OLIVEIRA, 2016, p. 69).

Para a sistematização e análise crítico-analítica pormenorizada de todo o material coletado, consideramos os elementos historicamente mais significativos, as conexões existentes entre esses elementos e a identificação dos elos fundamentais que efetuam a mediação entre a essência e a aparência, ou a reprodução do concreto pensado (MARX, 2008).

Portanto, este artigo está organizado em três tópicos. No primeiro, apresentamos o nosso objeto de estudo e o percurso metodológico utilizado para atingirmos os objetivos da nossa reflexão. No segundo, abordamos a cultura e a materialidade da vida social. No terceiro

e último tópico, discutimos a relação entre trabalho e cultura. Por fim, apresentamos as considerações aproximativas e as referências utilizadas.

Cultura e materialidade da vida social: vínculos entre a categoria e o real

Partimos do pressuposto de que “[...] qualquer abordagem moderna para uma teoria marxista da cultura deve iniciar-se considerando a proposição de uma base determinante e de uma superestrutura determinada” (WILLIAMS, 2011, p. 43). Acreditamos que esse ponto de partida foi importante para termos em mente e expressar a nossa posição teórica – ou seja, aquela em que o ser social tem a sua consciência elaborada a partir das condições materiais de existência (MARX; ENGELS, 2009) – para assim, opormo-nos a qualquer tipo de vulgarização da tradição marxista, assim como do idealismo presente nas diversas apreensões em torno das elaborações conceituais culturalistas contemporâneas.

Acreditamos que há um equívoco teórico sobre o qual, neste momento, cabe-nos tentar refletir sem a pretensão de esgotá-lo, mas apenas com o objetivo de esclarecer o entendimento que orientou a problematização do nosso objeto de estudo – o debate em torno do determinismo e da determinação.

A argumentação em torno da compreensão determinista sobre o homem foi herdada do idealismo, especificamente daquelas ideias que explicam teologicamente o surgimento do homem e da sociedade. O pensamento determinista foi amplamente difundido na teoria darwinista, que acredita numa seleção natural dos seres vivos, sendo esta a maior responsável pelo desaparecimento ou efetivação de uma raça. O grande problema dessa teoria é que ela não considera a luta de classes, não reconhece a centralidade do trabalho e tampouco capta a história em sua processualidade, quiçá numa totalidade.

Contudo, na tradição de pensamento marxista, o debate em torno da determinação tem outro significado, opondo-se “[...] a uma ideologia³ que insistia no poder de certas forças

3 Nossa apreensão acerca da categoria ideologia alicerça-se nas contribuições de Marx e Engels (2009, p. 31), contidas na *Ideologia Alemã*, em oposição à apreensão idealista sobre a “[...] ideologia [onde] os homens e as suas representações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico. Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu a terra, aqui [partimos] da terra ao céu”. Assim, os autores constroem uma nova apreensão sobre a ideologia, materialista.

fora do homem, ou, em sua versão secular, em uma consciência determinante abstrata” (WILLIAMS, 2011, p. 44). Ou seja, na tradição marxista, a apreensão da construção dessas determinações parte do ser social. Dessa forma, quando estamos tratando de uma base (ou estrutura) social, estamos falando de um processo de construção histórico-social-político-cultural e não de um estado fixo e imutável.

Nesse sentido, é emblemático o debate em torno da base material, tendo em vista que é através dessa apreensão que podemos captar de forma crítica as materialidades que compõem o processo cultural (WILLIAMS, 2011). Assim, não estamos interessados em explicar as manifestações culturais a partir do que elas expressam, mas, sim, a sua constituição, o solo histórico que as gestam e quais os seus elos com a totalidade da vida social. Assim, tivemos a preocupação, como já anunciado, de afirmar a tese de que a base é constituída a partir de relações sociais reais de produção e que correspondem, evidentemente, à determinadas fases de desenvolvimento histórico-social-político-cultural das forças produtivas. Ou seja, quando estamos tratando de uma base, estamos falando de um processo e não de um “estado da coisa” (WILLIAMS, 2011).

Ao seguirmos as orientações de Lukács (1920), no que tangem a uma apreensão qualificada em torno da categoria cultura, partimos das relações econômicas, bem como concordamos com a tese levantada por Williams (2011), que sustenta sua argumentação na prioridade da apreensão da base material, para que, assim, seja possível captar a constituição das expressões culturais, partindo do real.

Dessa maneira, ao seguirmos essas trilhas argumentativas, reafirmamos a ideia contida de forma tão lúcida em “Americanismo e Fordismo”, de Antonio Gramsci (2015), quando o autor analisa a relação entre a estrutura (a base) e a superestrutura, na construção da hegemonia, já que esta surge na “[...] fábrica e necessita, apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2015, p. 247-248). O autor nos chama a atenção para a determinação que a base impõe à superestrutura, que por sua vez, realimenta essa estrutura e constitui, dessa maneira, a hegemonia. Como já fora posto, para tal construção o sistema capitalista precisa ir para além da materialidade, reafirmando-se subjetivamente na cultura, na ideologia e na produção de conhecimento. Ao analisar o período histórico do bloco fordista-keynesiano, o autor italiano impressiona-se com tamanhas conquistas, pois

[...] na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de homem, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: esta elaboração está até agora na fase inicial e, por isso, (aparentemente) idílica. É ainda na fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial (GRAMSCI, 2015, p. 248).

Gramsci (2015, p. 248) chamou esse processo de socialização de “[...] função econômica da reprodução”, sendo este não apenas um fato isolado geral, que vá interessar à sociedade em seu conjunto, visto que para isso esse movimento deveria surgir de uma necessidade socialmente construída e não socialmente imposta pelo modo de produção. Essa função, assim, irá se expressar em todas as esferas “moleculares” da sociedade, como os valores, a cultura, a sexualidade, a família, a produção de conhecimento etc. Sendo necessária, assim, a construção de uma nova ética,

[...] deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas. (GRAMSCI, 2015, p. 252).

Assim, a racionalização exigida no modelo de produção fordista só seria alcançada com a construção de um “novo tipo de trabalhador”, se essa racionalização alcançasse todas as esferas sociais, inclusive a sexualidade, que deveria ser regulamentada, adequada e também racionalizada (GRAMSCI, 2015). Dessa forma, enfim, a estrutura alimenta a superestrutura, que, por sua vez, realimenta a estrutura na construção da hegemonia.

Cultura e trabalho: uma relação necessária

Ao refletirmos, até aqui, sobre essa relação, partimos agora ao exame da construção da categoria cultura, procurando inseri-la no movimento da história, captando seus elementos mais essenciais, porém procurando a sua vinculação à materialidade da vida social, ou seja, afirmando a centralidade da categoria trabalho para essa apreensão.

Na tentativa de apreendermos a vinculação entre a categoria cultura e a categoria trabalho, recorreremos ao pensamento ontológico de Lukács (1920, p. 5), que ressalta que “[...] a cultura é forma ideia de ser-humano do homem. É então, criada pelo homem, e não pelas circunstâncias”. Portanto, para o autor, essa construção é realizada pelos homens realmente ativos e que levam sempre em consideração a base em que seu processo real de vida é desenvolvido, para que, assim, possamos apreender as vinculações entre “os ecos ideológicos

desse processo” e suas expressões reais e subjetivas na vida social (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Assim sendo, a cultura é uma representação da ideia do ser-humano do homem, ou seja, criada pelo próprio homem, a partir da realidade objetiva deste. Partindo dessa apreensão,

[...] esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos –, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas. (MARX; ENGELS, 2009, p. 32).

Logo, discutimos o surgimento do ser social, a partir da categoria trabalho sendo este o marco do surgimento desse novo ser e do modo como as mediações que ele opera na construção da sociabilidade irão originar o surgimento da cultura.

O ser deve ser apreendido de forma unitária e não de forma identitária, levando sempre em consideração o seu afastamento da barreira natural, no sentido de alcançar a sua constituição social (LUKÁCS, 2013). Portanto, segundo uma apreensão teórica do ser enquanto um produto histórico, há três modalidades de existência deste ser no real, que se apresentam e relacionam de forma dialética entre si: o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social. Esse ponto de partida foi importante, pois, sem essa compreensão, poderíamos cair no equívoco metodológico de “[...] não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas à base do ser inorgânico” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

Por intermédio dessa apreensão, enquanto um processo de construção sócio-histórico-político-cultural de tal ser se dá pela “[...] sua articulação com estas [outras modalidades], sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, [vê-se que] é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 32). Para nos aproximarmos desse processo e da sua mediação com a categoria trabalho, em nosso percurso metodológico, priorizamos o método marxiano, no sentido de

[...] primeiro decompor, pela via analítico-abstrativa, o novo complexo do ser, para poder, então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social, não somente enquanto dado e, portanto, simplesmente representado, mas agora também compreendido na sua totalidade real. (LUKÁCS, 2013, p. 33).

Nesse sentido, o supracitado autor está chamando a nossa atenção para o fato de que a apreensão do ser social passa, basicamente, pela tentativa de entender a categoria mais simples desse ser, procurando as suas mediações, suas diferenciações, para que, assim, na sua

reconstrução analítica, possamos explicitar seus complexos e a sua vinculação com a totalidade social.

As modalidades do ser são apreendidas, segundo Lukács (2013), através do seu nível de complexidade e da passagem de uma modalidade para outra, ou seja, da forma mais simples para o outro modo de ser mais complexo, o que significa sempre um salto. Esse salto, para uma forma mais complexa, é algo completamente novo, cuja essência não poderia ser simplesmente resumida em uma “fórmula simplória”. Sempre após esse salto, temos a abertura para o aperfeiçoamento de uma nova forma do ser. Porém, é importante que tenhamos em mente que este salto

[...] se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente. A esperança da primeira geração de darwinistas de encontrar o “*missing link*” [elo perdido] entre o macaco e o homem tinha de ser vã porque as características biológicas podem iluminar somente os estágios de transição, jamais o salto em si mesmo. (LUKÁCS, 2013, p. 33).

As categorias que compõem cada uma dessas modalidades do ser são expressões que o definem e o caracterizam, mas que também possibilitam a sua diferenciação (por exemplo, o nível do desenvolvimento de uma categoria simples, como a linguagem, encontrada em outros seres orgânicos, mas, no ser social, através do trabalho, desenvolve-se e complexifica-se muito mais). Dessa forma, mover uma categoria de uma dessas modalidades para outra sem fazer as devidas mediações é cometer um grave erro epistemológico.

O salto, assim, é caracterizado como algo que sempre é qualitativamente novo (LUKÁCS, 2013) e que representa modificações psicofísicas profundas nas modalidades do ser orgânico. Contudo, como afirma Engels (2004), o trabalho torna-se a condição básica e também fundamental de toda a vida humana. Nesse sentido, a categoria trabalho é responsável, necessariamente, pela criação do próprio ser social, diferenciando-o dos demais seres orgânicos. Logo,

[...] somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, interrelação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 35).

O trabalho, enquanto categoria base da dinâmica estruturante do novo tipo de ser que está para surgir, só pode se desenvolver no momento em que a reprodução orgânica,

como processo, pode alcançar outro patamar que não seja as determinações que acabam em si mesmas (como é caso da reprodução biológica instintiva animal). Esse processo, para Engels (2004), é de extrema lentidão, mas não desmerece a importância com que essa transição irá expressar-se enquanto um salto ontológico. Devemos, assim, entender que o salto se dá justamente na ruptura com esse desenvolvimento natural e não pelo aparecimento súbito e repentino de uma nova modalidade de ser (LUKÁCS, 2013). Todavia,

[...] a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica, com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal. (LUKÁCS, 1978, p. 4).

Destarte, a consciência tem um papel extremamente importante para a construção de uma nova forma de trabalho que possibilite a ruptura com as determinações biológicas, no entanto, este segundo só pode se desenvolver sobre as bases da primeira forma, que é biologicamente determinada. Ou seja, o salto dispõe de bases histórico-concretas para tal.

Assim sendo, a sua materialização através do trabalho é a “[...] justa razão [com que] se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas” (LUKÁCS, 1978, p. 5). Sendo assim,

[...] é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. (LUKÁCS, 2013, p. 36).

O trabalho, desse modo, é o fundamento ontológico estruturante do ser social⁴. O lugar privilegiado do trabalho para o surgimento desse novo ser tem a sua expressão no entendimento de que as outras categorias que o compõem (como a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho), mesmo elas também sendo encontradas no ser orgânico, através da mediação com o trabalho, podem se desenvolver, ganhando, portanto, no ser social, um nível

4 Segundo Lukács (2013, p. 32), as categorias decisivas e responsáveis pela constituição desse ser social estão imbricadas e devem ser apreendidas em sua relação inextricável, como é o caso “[...] do trabalho, da linguagem, da cooperação e a divisão social do trabalho”, mostrando, assim, o surgimento de novas relações da consciência com a realidade social.

de complexidade muito mais amplo do que o encontrado no ser orgânico. Nesse sentido, com o desenvolvimento do trabalho, há a ampliação dos

[...] horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais membros da sociedade. (ENGELS, 2004, p. 15).

Essa relação de (re)produção do ser social mediada pelo trabalho é que permite o desenvolvimento de mediações que irão possibilitar a instauração de diferencialidades ao ser social, em comparação aos outros seres da natureza. Dessa forma, “[...] as mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a ele; são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade” (BARROCO, 2010, p. 26).

Nesse sentido, a construção das mediações que irão expressar diferencialidades ao ser social só é possível através do trabalho. Entretanto, não estamos afirmando uma concepção individualista sobre o trabalho, mas, sim, a sua construção universal, ou seja, coletiva. Portanto, esse trabalho só poderá ser objetivado socialmente, através de um determinado modo de se produzir que responda às necessidades, que são construídas historicamente, permitindo a constituição de mediações para além daquelas que fundam esse ser (homem/natureza), na construção de relações mais complexas (homem/homem).

Por esse ângulo, o trabalho, enquanto ação humana de transformação da natureza, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, também autotransforma o ser orgânico em ser social. O trabalho é uma categoria composta por outras duas categorias, sendo elas: a capacidade teleológica e a objetivação.

A capacidade teleológica é uma categoria apenas encontrada nesse ser social, sendo assim, completamente distinta das outras modalidades do ser (que realizam o trabalho de forma instintiva, determinada de forma genética). Essa capacidade é caracterizada por “[...] projetar finalidades à sua ação. Antes da sua concretização de sua ação, figura em sua mente previamente a construção ideal do que materializará a partir do trabalho” (CARDOSO, 2013, p. 25). Então, o ser social nascente é um ser de projetos e finalidades. Nas palavras de Cardoso (2013, p. 25),

[...] vale frisar, no entanto, que o trabalho em si só ocorre no ato da transformação, ou seja, na ação humana. A prévia ideação – a antecipação ideal do produto da ação – é a parte do processo de trabalho, compreendido este como uma práxis humana e que envolve, portanto, a relação ação-reflexão-ação, não existindo enquanto trabalho se não se concretizar, se não se objetivar.

Por conseguinte, a categoria objetivação tem grande relevância na composição do processo de trabalho, tendo em vista que é parte da concretização da ação previamente pensada pela capacidade teleológica. Porém, toda objetivação do ser social, dentre elas a que estamos tratando aqui (o trabalho), imbuí intencionalidades e finalidades que pressupõem a “[...] realização de escolhas, escolhas essas pautadas pelo que se considera melhor para o presente, [...] escolhas que terão base em valores e juízos de valores” (CARDOSO, 2013, p. 25).

O trabalho não é apenas ação transformadora da natureza, mas, também, uma relação de reciprocidade entre os homens. Nessa perspectiva possibilita a esse ser criar relações com outros homens, podendo objetivar-se enquanto homem e permitindo a satisfação de necessidades primárias, através da criação de produtos. Por consequência, ao mesmo tempo, temos a construção e a reconstrução das condições de existência desse homem, possibilitando, assim, a realização da essência humana e ao mesmo passo trazendo acúmulos à humanidade.

O trabalho, portanto, estabelece as relações sociais onde esse ser social irá se inserir e interagir em sociedade “[...] produzindo materialidades e subjetividades, sendo neste complexo de relações que, entre outras manifestações humanas, os valores [como a cultura] são gerados” (CARDOSO, 2013, p. 31).

Logo, a cultura nessa lógica está intimamente vinculada ao trabalho e ao processo de socialização deste. Sendo a cultura e o trabalho determinados de forma histórica e material, não sendo manifestações da consciência, desvinculados da concretude da vida social, consubstanciam-se como expressões que surgem depois que as necessidades de primeiro estágio foram satisfeitas, configurando-se, dessa forma, como necessidades de segundo estágio. Sobre isso, Marx (1968, p. 588) atesta que “[...] nos primeiros estágios da civilização, as riquezas naturais da primeira categoria desempenham o papel mais importante; nos estágios de desenvolvimento superiores, são as da segunda categoria que têm primazia”.

As necessidades de primeiro estágio têm suma importância para o surgimento do ser social, tendo em vista que as relações primordiais de produção (que saciam as necessidades de primeiro estágio), ou os aspectos básicos da atividade social, através da produção de meios de subsistência, permitirão a produção de novas necessidades e orientarão a reprodução do

ser social (bem como, a forma na qual a família irá se estruturar), o intercâmbio social e a construção da consciência coletiva. Nas palavras de Marx e Engels (2009, p. 40-41),

[...] temos de começar a constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é o ato histórico, uma condição fundamental de toda a história.

Para suprir essas necessidades, que são coletivas, o ser social organiza o trabalho socialmente, para que, assim, seja possível atendê-las. Dessa forma, temos a “[...] constatação de que toda a sociedade sempre se organizará para produzir e reproduzir a vida material e intelectualmente, ou seja, para concretizar a existência humana” (CARDOSO, 2013, p. 30). Doravante, para a concretização da existência humana, é necessária a produção que atenda ao suprimento das necessidades primárias, a exemplo de comer, beber, vestir-se, morar etc., e logo após, atender as necessidades secundárias, como o pensar, o sentir etc. No entanto, esse processo de efetivação do ser social “[...] é histórico, necessariamente contraditório e desigual. Esse desenvolvimento pressupõe a criação constante do novo e da elevação da humanidade a patamares de sociabilidade cada vez mais altos” (BONFIM, 2015, p. 9).

Como já foi mencionado, o homem, através do processo histórico que o separa das suas bases naturais (essa separação jamais foi/será completa), consegue desenvolver capacidades que são essenciais para o seu desenvolvimento, como a sociabilidade, a consciência, a linguagem, a universalidade e a liberdade. Através desse processo de diferenciação, mediado pelo trabalho, o homem vai “atribuindo valor às coisas e criando formas de interação como a linguagem, os costumes, constituindo, assim, a cultura” (BONFIM, 2015, p. 10).

Essa concepção de história materialista, apresentada por Marx e Engels (2009), deixa-nos claro que em última instância quem determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Assim, as formas nas quais as relações econômicas são estruturadas são as bases que determinarão a superestrutura, influenciando, inclusive, as suas formas e as suas expressões, sendo que todas estas estão em interação em um movimento contraditório, dialético e histórico. A cultura, assim, “[...] configura somente a moldura, a possibilidade da livre auto realização, da espontânea força criadora dos homens” (LUKÁCS, 1920, p. 10).

Isto posto, o desenvolvimento político, social, ético, religioso, cultural etc. se funda no econômico, alimentando-o e realimentando-o; estrutura e superestrutura, ambas interligadas, em movimento, construindo e reconstruindo uma sociabilidade em uma totalidade histórica. É nesse movimento que a cultura surge como expressão subjetiva desse ser social, mas vinculada às bases materiais desse surgimento, através do intercâmbio com a natureza, das relações sociais estabelecidas pelo trabalho, na constituição da sociabilidade e na efetivação desse ser enquanto produto histórico.

O trabalho que efetiva o homem e o separa da sua condição animalésca, no seu processo de objetivação/exteriorização, produz processos alienantes que são responsáveis por criar “[...] obstáculos socialmente construídos por este mesmo desenvolvimento, para a explicitação humano-genérica” (LESSA, 2002, *apud* BONFIM, 2015, p. 8). Logo,

[...] as formas de alienação devem ser entendidas como determinações objetivas do mundo dos homens [...] elas se estabelecem para além das relações homem/natureza e vão se explicitando plenamente na esfera da reprodução social. Portanto, embora o fenômeno da alienação se expresse através dos valores presentes das ações dos indivíduos, não devemos perder de vista que sua gênese encontra-se nas relações materiais de produção da vida dos homens. (BONFIM, 2015, p. 8).

Os processos de alienação são explicitados através de valores que constituem formas de cultura que também são alienantes. Desse modo, a construção dos valores que serão expressos na cultura não é elaborada aleatoriamente nem de forma desconexa da materialidade da vida social. Justamente o contrário: a constituição de uma determinada forma de reprodução subjetiva, ou seja, as expressões culturais, está intrinsecamente vinculada às “ações de indivíduos concretos em situações sociais concretas” (BONFIM, 2015, p. 8).

Desse modo, para apreendermos as incidências desses processos no ser social, foi necessário recorrermos à outra categoria central da ontologia marxiana, a reprodução social, que se distingue das tendências

[...] reprodutivas da vida orgânica, visando à preservação de si e da espécie, [que] constituem reproduções no sentido estrito, específico, isto é, reproduções do processo vital que perfaz o ser biológico de um ser vivo, enquanto, nesse tocante, via de regra, apenas mudanças radicais do meio ambiente produzem alguma transformação radical desses processos, a reprodução no âmbito do ser social está, por princípio, regulada pela mudança interna e externa. (LUKÁCS, 2013, p. 118).

Nessa acepção, o fundamento objetivo e ontológico dessas mudanças, com tendências sumariamente desiguais, mas com um todo progressista, consiste que o trabalho “[...] posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida [do ser social]” (LUKÁCS, 2013, p. 118).

Mesmo que a reprodução seja uma categoria encontrada nas mediações da esfera biológica, é justamente na esfera social que essa categoria irá se constituir como um processo que possibilitará a elevação crescente da sociabilidade humana (BONFIM, 2015). Dessa forma, como assevera Lukács (2013), podemos afirmar que, entre essas duas categorias (trabalho e reprodução social), são estabelecidas uma nítida diferença e uma insuperável conexão.

Até o presente momento, traçamos algumas reflexões sobre duas categorias importantes para a apreensão do nosso objeto de estudo: o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social; e a reprodução social, lócus privilegiado da gênese e do desenvolvimento dos valores, dos costumes que irão compor a cultura.

Outro elemento histórico que levamos em consideração foi o desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, a reificação das relações sociais, com o sentido do espraiamento dos processos de alienação, que de uma forma particular, nesse modo de produção, consegue alcançar o nível da universalidade.

Os processos de alienação são caracterizados pela atividade prática da objetivação/externalização do trabalho. Sendo assim, em todas as sociabilidades, esses processos serão recorrentes, como “[...] obstáculos colocados ao desenvolvimento do homem enquanto ser humano-genérico (BONFIM, 2015, p. 38)”. Para apreendermos as dimensões desses obstáculos, conforme Netto (1981), devemos ter em mente que a alienação não é um fenômeno exclusivo da sociedade burguesa, e, sim, como já sinalizado, um resultado prático da atividade humana. Dessa forma, para o autor, a alienação está presente em outros modelos de sociabilidade, caracterizados pelo estranhamento entre o sujeito e o objeto do trabalho.

A sociabilidade capitalista funda um novo aspecto de alienação, determinado a partir da produção das mercadorias: o fetichismo, sendo uma

“[...] forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido” (NETTO, 1981, p. 75).

Enquanto no modelo feudal os processos de alienação eram resumidos e particularizados, na sociabilidade burguesa o resultado da produção é privado, ao mesmo passo que se mostra o caráter social, ao espriar mercadorias. Dessa forma, “[...] o homem [...] não aparece como produtor de toda a riqueza material e espiritual, mas aparece externo a este processo” (BONFIM, 2015, p. 39). Temos, assim, a constituição de relações sociais entre coisas, sujeitos que não se conhecem enquanto humanos, já que nesse sistema as relações mercantis atravessam todos os âmbitos da vida social; desde o trabalho até as relações sociais, como, também, as formas de expressar essas relações, como é o caso da cultura. Segundo Netto (1981, p. 43), “[...] as manifestações sociais [são] fetichizadas: coagulando na factualidade das objetivações do ser social, coisificando-as, tendem a diluir as particularidades históricas numa eternização genérica”.

Nesse momento histórico, há a inauguração de um processo inverso, na confusão “[...] com o culto ao indivíduo, com a satisfação das necessidades privadas” (BONFIM, 2015, p. 40). Dessa forma, é negada a humanidade do homem e há a redução à sua condição animal. Desse modo, o trabalho, na sociabilidade capitalista

[...] não possibilita a realização do homem, pois as mediações que se colocam a partir da propriedade privada, divisão do trabalho e do intercâmbio capitalista não permitem que isso aconteça. O trabalho assalariado aparece ao homem como fardo, que lhe é imposto como forma de satisfazer necessidades de sobrevivência. Nesse sentindo, trabalho não é vida, não é criação, não se coloca como base de toda a riqueza socialmente produzida, seja para satisfazer as necessidades materiais ou espirituais do homem. (BONFIM, 2015, p. 41).

É sobre essas bases da sociabilidade capitalista que a alienação consegue terreno fértil para florir, espriar-se e tornar-se universal. Entendemos, portanto, a alienação da vida, assim como Marx (1968) já apontava, como um processo decorrente do estranhamento que é estabelecido pelo trabalho e pelo produto deste nas mediações estabelecidas entre o homem e a natureza e entre o homem e o homem.

Do mesmo modo, na sociedade capitalista “[...] a alienação se estabelece através do trabalho assalariado, e, dessa forma, submete o desenvolvimento do homem a tais condições” (BONFIM, 2015, p. 43). Temos, assim, a satisfação das necessidades humanas de maneira alienada, sujeita aos apetites brutais, o terrível culto do “eu”, a maturação da falsa ideia que não existe sociedade, mas apenas o indivíduo e assim há atribuição/constituição de uma suposta natureza egoísta do homem.

A universalização das relações capitalistas de produção e reprodução social conduz o ser social à constituição das formas mais deletérias de alienação, que perpassam todas as dimensões da vida social, instaurando valores, moldando uma consciência específica que irá estruturar uma forma particular de cultura que objetiva a permanência do modo de viver dessa sociabilidade. Logo, Netto (1981, p. 81) afirma que

[...] na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado*, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e de todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reserva-se como áreas de autonomia (a constelação família, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio etc.) convertem-se [sic] em limbos programáveis.

Esses limbos programáveis atenderão a uma determinada forma de organização social que atinge de maneira intensa todos nós na atualidade. Essas incidências, como já foram mencionadas, irão se expressar na cultura, na produção de conhecimentos, na política, na ética e nas demais dimensões da vida social, orientado as nossas vidas a atender uma lógica programável, fetichizada, alicerçada sobre relações sociais reificadas e por sujeitos sociais cada vez mais coisificados. Sendo, portanto, uma determinação da universalidade do sistema de produção capitalista.

Eagleton (2011, p. 62), ao ressaltar que no século XX a cultura afasta e nega qualquer tipo de razão crítica, reafirma sua tese do alcance da cultura e o seu domínio no âmbito da subjetividade social, sendo este um “[...] domínio que é mais amplo do que o da ideologia, porém mais estreito do que a sociedade, menos palpável do que a economia, porém mais tangível que a economia”. Assim sendo, o afastamento das referências críticas sobre a categoria cultura tem o sentido de perpetuar a hegemonia ideocultural do capitalismo tardio neste momento de crise orgânica.

Considerações aproximativas

Os elementos trazidos por nós até aqui sinalizam duas questões importantes que, a nosso ver, alimentam-se de forma dialética: primeiro, a necessidade de pesquisar, refletir e apreender os fenômenos contemporâneos através do pressuposto da processualidade

histórica, tendo o cuidado em fazer as devidas mediações, como parte da captação desse processo em sua riqueza; o segundo, a atualidade da tradição de pensamento marxista, que, através de um método de análise do real, permite-nos a apropriação qualificada sobre os fenômenos sociais, sobretudo, aqueles focados na subjetividade, como é o caso da categoria cultura.

Os estudos culturalistas, dentro dessa tradição de pensamento, não estão finalizados. Nesse sentido, reafirmamos a atualidade do tema, bem como a importância de se discutir, através do método crítico-histórico-dialético, a categoria cultura como produto direto da materialidade e do chão histórico-concreto da sociabilidade regida pelo capitalismo, para que, assim, seja possível apreender as expressões dos estudos culturalistas a respeito do contexto de crise.

Por fim, ao passo que nos apropriamos desse debate, sinalizamos a necessidade de continuidade de tais estudos, que devem ser aprofundados em outros contextos, como projetos de pesquisa em pós-graduações, iniciativas de extensão e iniciações científicas.

Referências

- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BONFIM, P. *Conservadorismo Moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.
- CARDOSO, P. F. G. *Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2013.
- EAGLETON, T. *A Ideia de Cultura*. Tradução Sandra Castello Branco. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: ANTUNES, Ricardo. *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. Org. Ricardo Antunes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 11-27.
- FREDERICO, C. *Ensaio sobre Marxismo e Cultura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. Tradução Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. A construção da categoria. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 397–416, 2011. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639917. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>. Acesso em: 13 de fev. de 2017.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevasco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

LUKÁCS, G. *A Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 1978. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf. Acesso em: 4 set. 2017.

LUKÁCS, G. *Para Uma Ontologia do Ser Social II*. Tradução Ivo Tonet; Nélio Scheider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. Velha e Nova Cultura. *Revista Kommunismus*, n. 43, 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>. Acesso em: 4 set. 2017.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos; Régis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K.; ENGELS, F.; *A Ideologia Alemã*. Tradução Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo* 1. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-182.

NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

WILLIAMS. R. *Cultura e Materialismo*. Tradução André Glaser. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Recebido em: 27.03.2020

Aceito em: 18.09.2020